



SEÇÃO: ARTIGOS

Tropeirismo e educação: a escolarização no percurso da Estrada de Palmas-Palmeira (1854-1916)

Tropeirismo and education: schooling on the route of the Estrada de Palmas-Palmeira (1854-1916)

Bruna Aldine Muller¹

orcid.org/0000-0003-4104-175X

bruna1997aldine@gmail.com

André Paulo Castanha¹

orcid.org/0000-0003-0571-0960

andrecastanha66@gmail.com

Recebido em: 14 dez. 2021.

Aprovado em: 10 maio 2022.

Publicado em: 29 ago. 2022.

Resumo: A Estrada de Palmas-Palmeira foi uma ramificação do Caminho das Missões, que buscava atender as necessidades comerciais decorrentes do grande tropeirismo do século XIX, possibilitando o trânsito de gado proveniente da região missioneira e dos Campos de Palmas, até o Caminho de Viamão. Nessa rota, até o ano de 1916 se constituíram os municípios paranaenses de Palmeira, Palmas, São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus e São Pedro de Mallet. Tendo em vista o desenvolvimento econômico, social e cultural dessa região, o presente texto, tem como objetivo analisar a relação entre tropeirismo e a escolarização no percurso da Estrada Palmas-Palmeira, no período de 1854-1916. A delimitação temporal tem início em 1854, por ser o marco inicial do governo na província do Paraná, quando o governo paranaense passou a organizar a instrução pública e demais setores. Já o recorte de 1916, marcou o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A metodologia adotada é a da análise de documentos oficiais, tendo como foco a legislação educacional, os relatórios dos presidentes de províncias, relatórios dos governadores do Estado, relatórios dos inspetores de instrução pública e professores, além de fontes bibliográficas. A pesquisa revelou que apesar das transformações socioculturais e econômicas decorrentes do tropeirismo na região, uma ampliação da escolarização só se deu com a colonização e o desenvolvimento de novas formas de trabalho.

Palavras-chave: História da educação. Paraná. Tropeirismo.

Abstract: The Estrada de Palmas-Palmeira was a branch of the Caminho das Missões, which sought to meet the commercial needs arising from the great Tropeirismo of the 19th century, allowing the transit of cattle from the missionary region and the Campos de Palmas to the Caminho de Viamão. In this rota, until 1916 the municipalities of Palmeira, Palmas, São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus, and São Pedro de Mallet were constituted. Because of the economic, social, and cultural development of this region, this text aims to analyze the relationship between tropeirismo and schooling along the route of the Estrada Palmas-Palmeira, in the period 1854-1916. The temporal delimitation began in 1854, as it was the government's initial landmark in the Province of Paraná when the Paraná government started to organize public education and other sectors. The 1916 clipping marked the boundary agreement between the State of Paraná and Santa Catarina. The adopted methodology is the analysis of official documents, focusing on the analysis of the educational legislation, reports from provincial presidents, reports from state governors, reports from public education inspectors and teachers, as well as bibliographic sources. The research revealed that despite the sociocultural and economic transformations resulting from tropeirismo in the region, an expansion of schooling only occurred with colonization and the development of new forms of work.

Keywords: History of education. Paraná. Tropeirismo.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, PR, Brasil.

Introdução

A Estrada de Palmas foi uma via alternativa do Caminho das Missões e rota de ligação do povoado palmense com outros centros populacionais. Na área de influência da rota aberta em 1842, quando ainda pertencia ao território paulista, desenvolveram-se sociedades envolvidas com a utilização predatória dos recursos naturais da região, como das pastagens e matérias-primas. No final do século XIX, localizando-se na província do Paraná, houve a inserção de imigrantes, os quais dinamizaram a economia com novas produções, como a agricultura, a extração de matérias-primas e a comercialização de produtos.

Considerando a influência do tropeirismo, nossa hipótese inicial de pesquisa colocava-o como determinante do desenvolvimento social e educativo, auxiliando na implementação de escolas no percurso do referido caminho. A hipótese foi baseada na historiografia brasileira que associou a atividade aos novos bandeirantes, dinamizando economias, fixando povoados, fundando vilas, cidades e novas instituições, dentre elas a escolar. Nesse sentido, autores como Afonso Arinos de Mello Franco, João Dornas Filho e Aluísio de Almeida vincularam o tropeirismo a um novo período do bandeirismo (PAES, 2001).

Definida a hipótese inicial de pesquisa, levantamos as seguintes indagações: como ocorreu a institucionalização da educação na região da Estrada de Palmas-Palmeira? Qual a relação estabelecida entre tropeirismo e o desenvolvimento educativo na área de influência da Estrada? Quais foram os limites e possibilidades da escolarização nesta região? Todavia, no desenvolvimento da investigação, constatamos que a premissa inicial não se sustentava e a hipótese de que a política educacional no território recebeu maior

atenção dos dirigentes do Paraná, apenas em período posterior a crise do tropeirismo, passou a orientar a pesquisa.

O presente texto, fruto de uma dissertação em Programa de Pós-graduação em Educação, tem como objetivo analisar a relação entre tropeirismo e a escolarização no percurso da Estrada Palmas-Palmeira, no período de 1854-1916. A investigação abrangeu os municípios de Palmeira, Palmas, São João do Triunfo, União da Vitória,² São Mateus³ e São Pedro de Mallet.⁴

A delimitação espacial foi definida pelo fato de a autoria principal da investigação residir na região de influência da antiga rota. Já a delimitação temporal teve início em 1854, por ser o marco inicial do governo na província do Paraná, quando o governo paranaense passou a organizar a instrução pública e demais setores da administração pública. Já o ano de 1916, marcou o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, fato histórico que caracterizou o fim da Guerra do Contestado⁵ e a configuração de novas fronteiras entre os dois Estados.

Apesar de já existirem inúmeras produções sobre a educação paranaense no recorte da pesquisa, a abordagem proposta aqui, pode ser considerada inédita na área da história da educação, pois não existem estudos específicos que investigaram o desenvolvimento, a escolarização e a organização educacional nos caminhos dos tropeiros, em âmbito de Brasil e menos ainda sobre a região, objeto desta investigação. A maioria das pesquisas sobre o tropeirismo estão ligadas aos temas da cultura, turismo, geografia, história e economia.

Dentre as pesquisas em educação, que tem alguma relação com a temática, podemos destacar a análise de Borba (2013), que investigou o

² Com o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, o município foi dividido entre Porto União, pertencente ao território catarinense e União da Vitória, ao paranaense.

³ A partir de 1943, o referido município passou a ser denominado "São Mateus do Sul".

⁴ A partir de 1929, o município passou para a grafia "Mallet".

⁵ O conflito conhecido como Contestado ocasionou a dispersão dos moradores de suas residências levando a evasão escolar. Com o fim do conflito houve a redivisão territorial e muitas escolas que pertenciam ao Paraná passaram para Santa Catarina. Um exemplo disso foi o Grupo Escolar Professor Serapião, instalado na cidade de Porto União da Vitória. Com a nova divisão territorial a cidade de Porto União da Vitória foi dividida ao meio, ficando a parte de Santa Catarina com o nome de Porto União e a parte do Paraná, União da Vitória. Com isso o prédio do grupo escolar, passou a pertencer à cidade de Porto União, ou seja, ao estado de Santa Catarina, sendo instalada a Escola Reunida Professor Balduino Cardoso. O estado do Paraná foi obrigado a construir um novo edifício na cidade de União da Vitória para instalar o Grupo Escolar Professor Serapião.

Grupo de Danças Biriva Tropeiros de Dois Mundos, da cidade de Encantado (RS), problematizando a produção de identidades, a partir das pedagogias culturais. Já Spim (2014) investigou a criação do Grupo Escolar Senador Vergueiro e a escolarização dos filhos dos operários em Sorocaba, no contexto industrializado e republicano, com recorte posterior ao desta pesquisa, com breve incursão na história de Sorocaba (SP), relacionado com o movimento tropeiro. Do mesmo modo, Moraes (2015) analisou "O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)" e Witte (2017) pesquisou "Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado".

No caso mais específico da região, os estudos educacionais concentram-se no período posterior ao recorte e estão focados na história dos grupos escolares. Padilha (2010), analisou o contexto histórico e circunstâncias da criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, inaugurado na cidade de Palmeira, em 1907. Já a história do Grupo Escolar Professor Serapião, instalado em Porto União da Vitória, no ano de 1913, foi relatada por Klein (2013).

Na presente pesquisa, a metodologia foi de análise documental. Nesse propósito, a partir dos princípios do materialismo histórico-dialético, nos fundamentamos na análise dos relatórios dos presidentes de províncias, dos relatórios dos governadores do estado, dos relatórios dos inspetores de instrução pública e de fontes bibliográficas. As fontes primárias foram localizadas no Arquivo Público do Paraná, disponibilizadas digitalmente.⁶

Para dar conta do proposto, organizamos o texto em dois momentos. No primeiro, apresentamos de forma sintetizada as relações econômicas que contribuíram na ascensão e permanência da Estrada de Palmas. Na segunda parte, apresentamos os dados referentes à escolarização, enfatizando as iniciativas de maior relevância neste âmbito.

A Estrada de Palmas-Palmeira: uma ramificação do Caminho das Missões

Com a ascensão da produção mineradora na colônia brasileira, o tropeirismo destacou-se no cenário econômico como um sistema de transporte. A partir de 1731, grande quantidade de gado partiu dos campos sulinos até as regiões de consumo, onde os animais serviram à condução de matérias primas, como minérios, cana-de-açúcar, café e demais produções.

No século XIX, o tropeirismo atingiu seu auge, mas especificamente nas décadas de 1850 e 1860, quando ocorreu a maior importação de gado muar⁷ da província riograndense e da região da Prata, pelas regiões produtivas de São Paulo e Rio de Janeiro, esse gado voltou-se principalmente para suprir as necessidades agrícolas.

Além da organização espacial, o tropeirismo também foi estruturado por uma divisão hierárquica na formação das tropas. O tropeiro foi considerado o maior encargo, por ser responsável pela tropa, pelo negócio e demais integrantes (TRINDADE, 1992). Os peões eram indivíduos simples que realizavam as atividades mais diretas com o gado. Para exercer a profissão, os jovens aprendiam as habilidades na prática, ajudando ou observando os trabalhadores mais experientes, inserindo-se muitas vezes na atividade de forma precoce.

Naquela estrutura patriarcal, religiosa, escravocrata, hierarquizada e agroexportadora, a difusão da escolarização não era relevante. Nesse sentido, nas palavras de Marx e Engels (2009), a classe detentora dos meios de produção material dominante torna-se do mesmo modo, dominante nas ideias, dispondo assim, dos meios de produção intelectual. Por meio da ideologia, a classe dominante legitima suas ideias, as quais passam a ser ideias de todos.

Dessa forma, as classes menos favorecidas vivenciaram limitações para frequentar a escola, visto que as vilas que se formaram no caminho eram inicialmente bem dispersas e diminutas,

⁶ Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2019.

⁷ Os muars são animais híbridos, resultantes do cruzamento do jumento com a égua, ou do cavalo com uma jumenta. São conhecidos também como mulas, mulos e burros.

não possibilitando a abertura de escolas formais. As poucas escolas que foram criadas eram bem distantes de grande parte dos moradores, sendo assim, os pais preferiam manter as crianças em casa e utilizá-las como auxiliares no trabalho cotidiano, visando o sustento da família. Tendo em vista essas características da grande maioria da população provincial, a ênfase se dava no ensino não formal, pois outros espaços possuíam destaque na mediação educacional, como a igreja e a família.

Conforme ressaltou Anjos (2015), a família na sua pluralidade de experiências e singularidades, promovia uma educação como prática cultural e social, transmitindo hábitos, comportamentos e condutas. A mediação era ocasionada pela vontade e necessidade da família, sendo do mesmo modo, pela crescente importância que lhe era atribuída como agência educativa. A educação neste ambiente possuía múltiplas representações, produzidas pelo Estado e pela Igreja, os quais como instâncias articuladas apresentavam concepções sobre a educabilidade, além dos papéis educativos a serem adquiridos pelos membros da família.

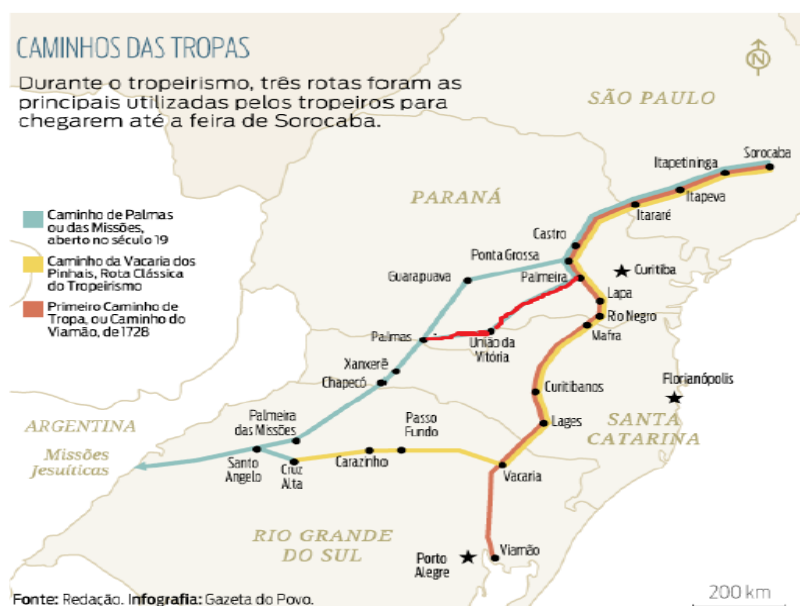
Mas a família, para a qual se voltavam tantas atenções, por força desse seu papel de mediadora, agia ora com liberdade, ora coagida,

apropriando-se e interpretando tais representações em função de seus interesses e necessidades, a modo de filtro cultural. Isso fazia com que práticas sociais as mais variadas – como a oração, o catecismo, o dar a bênção aos filhos, o castigar moralmente ou fisicamente e mesmo o aconselhá-los – se tornassem educativas, porque satisfiziam as representações regalistas, ultramontanas e liberais na formalidade das práticas por elas propostas, mas também porque correspondiam aos interesses e demandas da própria família (ANJOS, 2015, p. 565).

Sendo provenientes das classes subalternas, os trabalhadores envolvidos no tropeirismo, tiveram poucas oportunidades de frequentar o ambiente escolar, tendo seus conhecimentos voltados ao empírico. A partir do senso comum, a formação foi baseada em crenças, ritos, na religiosidade e nos saberes populares, materializados por meio da oralidade, do catecismo, de gestos e atitudes.

Assim sendo, afirmamos que o tropeirismo não se limitou aos fatores econômicos, mas sim auxiliou na definição de limites, na criação de vilas e povoados, disseminando cultura, saberes e realizando um intercâmbio entre regiões. O Mapa 1 representa a localização dos percursos que esses sujeitos passavam e as principais cidades integrantes.

Mapa 1 – Caminhos das Tropas, em vermelho está a Estrada de Palmas-Palmeira



Por questões econômicas, buscando aproximar campos, caminhos e áreas comerciais, formaram-se algumas ramificações dos trajetos, como é o caso da Estrada de Palmas. O início

da rota envolveu o bandeirante Pedro Siqueira Cortes, quando descobriu em 1842, um vaú no Rio Iguçu, em União da Vitória. Podemos observar o referido caminho no mapa a seguir.

Mapa 2 – Municípios localizados na área de influência da Estrada de Palmas (1924)



Fonte: PARANÁ, 2003, p. 4.

Esta rota foi um condicionante na ocupação e exploração da região, contribuindo na fixação de sujeitos. No primeiro momento, os povoadores foram os nativos, no entanto, somente a partir da expulsão e do extermínio de grande quantidade destes é que a sociedade pastoril foi difundida. A pacificação ocorreu por duas vias: com a utilização das forças militares e das reduções.

No tocante a economia da província paranaense, até 1853, o Paraná formava a Quinta Comarca da Província de São Paulo, período em que o território contribuiu na economia paulista com a atividade de pecuária, ervateira e mineradora. Após várias tentativas de emancipação política, foi somente pela Lei nº. 704, de 29 de agosto de 1853, que se criou a província do Paraná.

Em relatório, o primeiro presidente da província, Zacarias Vasconcelos, ao situar a relação econômica, enfatizou a presença da indústria

extrativa da erva-mate, a atividade agrícola, a exploração da madeira, as fábricas e a pecuária. Sobre as produções agropastoris, ressaltou a criação do gado nos campos. Destacou a presença do gado cavalare e o estímulo para melhorar a raça dos equinos, do gado vacum e muar. Com relação ao tropeirismo, citou a coleta de impostos com passagem do gado, pelo Caminho do Viamão, com destino às Feiras de Mueres de Sorocaba (PARANÁ, 1854).

Tendo em vista a estrutura escravista, nas fazendas havia trabalhadores escravizados que atuaram como domadores, capatazes e peões de tropas, sobretudo os instalados nos Campos Gerais. Contudo, as relações de trabalhos estabelecidas pelos cativos com os senhores donos das terras e do gado, gerou uma complexidade, pois estes atuaram no interior das fazendas ou fora delas, conduzindo tropas (NOVACKI, 2000).

O sistema escravista⁸ reproduziu-se também na estrutura econômica da sociedade de Palmas. Conforme Machado, houve maior predominância do sexo masculino, já que o trabalho nas áreas pastoris dependeu em grande parte da força física. No entanto, os cativos não se limitaram a essas atividades, realizando diferentes funções, pois atuaram como "[...] campeiro, lavadeira, cozinheiro, cozinheira, roceiro, lavrador, costureira, sapateiro, doméstica, doméstico, lenheiro, tropeiro, mocamba (mucama), pedreiro, domador e arreieiro" (2015, p. 137).

As atividades exercidas pelos trabalhadores escravizados revelaram não só sua presença na produção agropastoril, mas sua atuação como condicionante na manutenção da sociedade pastoril e da organização social. Para tal, exerceram práticas diretas com a realidade campeira, ou trabalhos domésticos e subsidiários.

Na década de 1870, foi possível percebermos transformações nos aspectos sociais dos povoados localizados na Estrada de Palmas, com o estabelecimento de novas freguesias⁹ e a elevação de freguesias em vilas.¹⁰ Esse aspecto demonstrou como as economias dessas localidades estavam em progressão, pois a estrutura estava deixando de ser totalmente agropastoril e gradualmente, estavam adentrando outras atividades, como a agricultura e a indústria extrativa da erva mate e da madeira, além do comércio.

Outro destaque foram as políticas de imigração: a partir de 1877, colonos imigrantes foram encaminhados aos Campos Gerais, nos municípios de Lapa, de Palmeira e de Ponta Grossa. Na região entre os atuais municípios de Porto Amazonas e de União da Vitória, que correspondeu a região do vale médio do Iguaçu, não havia nenhum centro populacional. Os imigrantes ucranianos, poloneses, alemães, italianos, ingleses e russos chegaram para povoar essa área no final do século XIX e início do século XX (WACHOWICZ,

2001). A partir de 1879, uma nova alternativa foi empreendida no desenvolvimento econômico da região: a navegação a vapor no rio Iguaçu.

Com relação à indústria madeireira, podemos constatar sua presença na vila de União da Vitória. A primeira serraria no município foi datada de 1884, com atuação na condição de "engenhos de serra", ou pequenas fábricas de fundo de quintal, funcionando de forma rudimentar voltadas às necessidades locais. A criação da companhia Southern Brazil Lumber and Colonization e a chegada da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, em União da Vitória no ano de 1904, influenciaram na transformação da indústria, pois a forma de trabalho artesanal foi modificada com a atuação da Lumber (CARVALHO; NODARI, 2008).

Com a Proclamação da República em 1889, ocorreram algumas modificações na produção da região: o declínio do tropeirismo e da arrecadação de impostos sobre os animais, a instauração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, o maior desenvolvimento agrícola na região com a chegada dos imigrantes, além da maior presença da indústria extrativista. Com a crise do tropeirismo, na passagem do século XIX para o XX, houve a expansão da extração predatória de matérias primas e os trabalhos agrícolas para subsistência e produção de excedente.

A colonização do território por nacionais e estrangeiros foi condicionante na efetivação da política de escolarização na região, pois a instrução pública não era um elemento de interesse e nem havia demanda por ela, quando a região estava organizada a partir de grandes latifúndios, voltado diretamente às atividades agropastoris, conforme ressaltamos a seguir.

Tropeirismo e educação no percurso da Estrada de Palmas-Palmeira

Com a ascensão das produções acadêmicas na área da história da educação, muitas pesquisas

⁸ Lembramos que na província do Paraná estava proibida a matrícula de escravos nas escolas. Somente a partir do regulamento do Ensino Obrigatório, de 3 de dezembro de 1883, que regulamentou o artigo 4º, § 7º, inciso 2, da Lei 769, de 1º de dezembro de 1883, foi que passou a ser obrigatório a frequência de crianças filhas de escravos, libertas em virtude da lei do Ventre Livre de 1871 (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 374).

⁹ Em 1871, foi criada a Freguesia de São João do Triunfo e em 1877, União da Vitória foi elevada à mesma categoria (FERREIRA, 1996).

¹⁰ Em 1869, a Freguesia de Palmeira foi elevada à categoria de vila e município, com a instalação oficial em fevereiro de 1870. Do mesmo modo, em 1877, a Freguesia de Palmas foi elevada à categoria de vila, com instalação em 1879 (FERREIRA, 1996).

abordam os aspectos educacionais na província paraense, focalizando diferentes objetos. No entanto, conforme supracitados, ainda são poucos os textos acadêmicos que abordaram a relação entre tropeirismo e o ensino, bem como fontes locais que abordaram a educação no recorte espacial e temporal delimitado. Para tal, nos baseamos na pesquisa documental em fontes diretas para a construção desta seção.

No período imperial, a educação formal possuía limitações para ser efetivamente disseminada. A difusão em âmbito nacional apresentou entraves, como dificuldades na expansão do ensino normal, baixa remuneração e estímulo aos docentes, falta de instalações físicas, inspeção deficiente, além da evasão escolar, devido às grandes distâncias e a indiferença das famílias pela escola (CASTANHA, 2007; ANJOS, 2015). Desta forma, as escolas primárias destinadas à formação elementar foram frequentadas, majoritariamente pelas camadas mais abastadas da sociedade, com a inclusão de alguns poucos alunos oriundos das classes populares. Assim, as classes menos favorecidas vivenciaram limitações para frequentar às escolas, além de que, devido à concepção de civilização dominante, os indígenas e negros foram excluídos do processo educativo, durante quase todo o período imperial.

No tocante a legislação, o período foi marcado pela descentralização, a partir do Ato Adicional de 1834. As províncias dentro de seus limites materiais e econômicos buscaram organizar suas estruturas educacionais nos aspectos legais e práticos. No sistema descentralizado, a instrução pública possuía uma hierarquia, pois era decidida e inspecionada respectivamente nos cargos do ministro do Império, dos presidentes de províncias, dos inspetores provinciais, dos delegados de distritos e dos inspetores paroquiais.

Os inspetores foram importantes, pois além de inspecionar, faziam a mediação entre os professores, presidentes e vice-presidentes (SANTI, 2017). Os agentes da inspeção poderiam promover transformações, frente às reivindicações dos professores nas suas visitas periódicas às escolas. "Os inspetores ao apreciarem tais sugestões e

reivindicações, agregavam ao seu ofício outras necessidades da educação e, juntamente, com presidentes e vice-presidentes concretizaram algumas mudanças no panorama educacional [...] (SANTI, 2017, p. 68).

Desse modo, a implementação de instituições escolares na área de influência da Estrada Palmas-Palmeira, não se desenvolveu desvinculada da totalidade de relações do contexto imperial nacional e paraense. Nessa relação, emergiram interesses contraditórios sobre o ideário de escolarização na época, pois a sociedade que produz a escola, em cada momento histórico, é composta por contradições e cada classe social empreende lutas a favor de instituições que atendam seus interesses (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Nos municípios localizados na área da influência da Estrada de Palmas, durante o período imperial, a educação escolar foi materializada com a implementação do ensino primário elementar. O percurso educativo da região iniciou no povoado de Palmeira, com a criação de uma escola isolada, ainda pelo governo geral do império.

Desde a primeira metade do século XIX, Palmeira já se tratava de um núcleo populacional com relativo desenvolvimento, pois sua localização no Caminho do Viamão e nos Campos Gerais lhe possibilitaram com o grande fluxo de pessoas e animais, desenvolver a economia agropastoril e comercial.

A partir de 1839, com a ocupação dos campos de Palmas e a fixação de fazendeiros vindos dos Campos Gerais e de Guarapuava, a produção pastoril baseada na criação e invernagem do gado propagou-se. Na sede de Palmas, a primeira escola foi criada em 1854, por meio da Lei n. 17, de 14 de setembro, a qual preconizou em seu 8º artigo "Fica igualmente criada na capela de Palmas uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino" (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 34). Mas a referida escola só iniciou suas atividades em 1856.

A partir de então, esses locais passaram a receber novas instituições financiadas pela província e pelo setor particular. Esse processo foi lento e de forma gradativa, escolas primárias

masculinas, depois femininas e mistas foram instituídas, extinguidas e reabertas. No caso de Palmas alguns condicionantes, como as longas distâncias da freguesia, a falta de docentes e a questão de a sede da vila mudar ou não de local¹¹ contribuíram para que de meados da década de 1860, até o início da década de 1870, Palmas não contasse com escola em funcionamento.

Ficou evidenciado que em um primeiro momento, foram nesses núcleos populacionais que a instrução pública foi disseminada na área de influência da Estrada de Palmas, sendo que em Palmeira houve um lento crescimento do número de instituições e matrículas durante o período provincial, sem interrupções.

Outra ocorrência no quadro educacional foi à implementação das escolas noturnas em 1882, em Palmas e Palmeira, fator que ressaltou as relações de classes, pois conforme destacou Moisés Marcondes, diretor geral do ensino na província, a modalidade do ensino de adultos no Paraná estava atendendo em sua maioria trabalhadores escravizados (PARANÁ, 1882). No entanto, essas instituições não obtiveram sucesso, pois segundo ressaltou o presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, em 1886, o número

reduziu-se para 4 escolas em vigência, mantidas pelas municipalidades de Curitiba, Ponta Grossa, Morretes e Lapa (PARANÁ, 1886).

Com a ocupação do território e a criação de povoados e freguesias, a política de escolarização difundiu-se. Na década de 1880, novas mudanças ocorreram com a instalação de imigrantes, a exploração de matérias primas, a navegação a vapor etc. A criação de freguesias e o crescimento demográfico, foram condicionantes para que novas cadeiras públicas e particulares fossem implementadas, no entanto, o panorama escolar da região pode ser considerado bem incipiente.

No tocante ao número populacional, conforme o Censo Geral do Império de 1872, entre a população livre e escravizada, o município de Palmeira possuía 5.116 pessoas, na freguesia de Palmas residiam 3.301 pessoas e a freguesia de São João do Triunfo, totalizou 1.182 moradores (BRASIL, 1872).

Nesse quadro populacional e conforme os entraves históricos existentes no período provincial, o total de instituições primárias públicas e particulares na região, apresentou variações, sendo o maior número de 5, conforme revelou o Quadro 1:¹²

Quadro 1 – Síntese numérica de escolas primárias públicas/particulares e matrículas em Palmeira, Palmas, São João do Triunfo e União da Vitória, entre 1856 e 1882

Ano	Palmeira		Palmas		São João do Triunfo		União da Vitória
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
1856	2	92	1	21	-	-	-
1861	5	71	2	28	-	-	-
1867	3	-*	-	-	-	-	-
1873	2	-*	-	-	2	-*	-
1878	2	35	2	35	1	28	1
1882	5	66	2	-*	1	13	1

Fonte: PARANÁ, 1856; PARANÁ, 1862; PARANÁ, 1867; PARANÁ, 1873; PARANÁ, 1879; PARANÁ, 1882. Dados organizados pelos autores.¹³

*não foram identificados o número de matrículas nos referidos anos.

¹¹ A problemática da mudança da sede da freguesia ocorreu nas décadas de 1850 e 1860, quando o Caminho das Missões se distanciou do povoado, dificultando assim, o contato de Palmas na importação e exportação de mercadorias e gado, causando insegurança na população e grande saída de moradores para Bela Vista de Palmas, atual Clevelândia. Houve várias ações, inclusive a promulgação de leis pelo governo provincial, mas, a transferência não foi viabilizada.

¹² Incluímos São João do Triunfo e União da Vitória para demonstrar o início da escolarização nesses locais, mas, o fato concreto é que São João do Triunfo ainda pertencia à Palmeira e União da Vitória à Palmas, ambos foram emancipados somente em 1890.

¹³ Ressaltamos que os dados são os oficiais e utilizamos os anos em que eles estão mais completos. É importante destacar que fatores como as grandes distâncias e a falta de informações reveladas pelos professores e inspetores, principalmente das escolas comunitárias/particulares dos núcleos imigrantes, contribuíram para a fragilidade das informações apresentadas nos relatórios, mesmo assim, tal panorama oferece base para compreendermos o processo de implementação de instituições escolares e alunos matriculados na região.

Pelos dados do Quadro 1 fica evidenciado que nos municípios de Palmas e de Palmeira ocorreu o maior desenvolvimento educativo durante o período provincial, já que os demais povoados ainda estavam em processo de ascensão populacional e econômica. A maior incidência de instituições escolares primárias isoladas ocorreu em Palmeira, variando de uma a cinco instituições.

Em Palmas, o número de escolas instaladas foi menor, sendo entre uma a duas instituições vigentes. O panorama de apenas uma instituição manteve-se no quadro educacional de Palmas durante a década de 1850. Em 1860, a freguesia dispunha de duas escolas e a partir de meados dessa década, até início de 1870, essas escolas ficaram vagas, não havendo ensino institucionalizado na localidade.

Em São João do Triunfo e União da Vitória, povoados elevados à categoria de freguesia na década de 1870, destacamos o início da implementação de escolas. Em São João do Triunfo, pertencente à Palmeira, identificamos a presença de uma a duas escolas em atividade de 1873 até os anos finais do período provincial. Já na freguesia de União da Vitória, pertencente à Palmas, o número de apenas uma instituição vigente na comunidade permaneceu até 1889.

No tocante às matrículas, foi possível analisarmos em Palmeira, em Palmas e em São João do Triunfo que os números apresentaram oscilações. Na freguesia de São João do Triunfo, desde a implementação da primeira escola, houve ascensão.

Em Palmas, com o fechamento das escolas, em meados das décadas de 1860 até início da de 1870, o crescimento que estava sendo consolidado apresentou decadência, sendo retomado em fins de 1870. Já em Palmeira o panorama apresentou variações, pois em 1856, com apenas duas escolas atendiam-se 92 estudantes, já em 1882, o número de cinco cadeiras atendia menor quantidade, no total de 66 alunos.

Tal desinteresse e/ou resistência pela instrução emergiu pelo fato de as famílias menos abastadas preferiam utilizar-se do trabalho das crianças, não considerando a escola como uma possibilidade de crescimento dos filhos, pois a instrução ainda não era vista como um fator de ascensão social. Isso tudo gerou altas taxas de evasão escolar, mesmo entre os que procuravam as escolas (CASTANHA, 2007).

Com o processo de substituição da força de trabalho escrava, pela imigrante livre, acentuada a partir do período republicano, houve a diminuição do tráfico de tropas na região e consequentemente o declínio dos grandes latifúndios, sendo gradativamente povoados por brasileiros e colonos imigrantes. Esses sujeitos desenvolveram a agricultura para subsistência, trabalhos com animais, extração de matérias-primas e a comercialização da produção excedente. O Quadro 2 revelou o desenvolvimento e a distribuição populacional nos municípios de Palmeira, de Palmas, de São João do Triunfo e de União da Vitória, entre 1890 e 1900.

Quadro 2 – Número da população dos municípios indicados abaixo nos censos de 1890 e 1900

Local	1890			1900			%
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Palmeira	4.085	4.104	8.189	5.225	4.880	10.105	23.39
Palmas	3.857	3.211	7.068	4.604	3.899	8.503	20.30
São J. do Triunfo	3.009	2.780	5.789	5.664	5.005	10.669	84.29
União da Vitória	1.491	1.042	2.533	1.425	1.229	2.654	4.77

Fonte: BRASIL, 1898 e 1905. Dados organizados pelos autores.

A partir de 1890, grande número de imigrantes chegou para povoar a região, especialmente São João do Triunfo, ocupação que se expandiu também à Palmeira, à Palmas e à União da Vitória. Nesse panorama, marcado por transformações graduais nos aspectos sociais e nas bases

estruturais, a educação também apresentou modificações.

Em nível nacional, no início do período republicano, a educação foi concebida como essencial para a formação da cidadania, tornando a sociedade participativa, democrática e para

estabelecer a unidade do país, já que grande quantidade de imigrantes adentrava no território. Nos primeiros anos da república, a escolarização paranaense referenciou-se nas iniciativas do estado de São Paulo, inspiração influenciada pelo sistema oligárquico e pela hegemonia da economia paulista.

As oligarquias regionais das unidades federativas mais expressivas economicamente, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, exerciam forte pressão política no governo federal para favorecer seus empreendimentos com repercussões na área da educação. São Paulo, concorrendo expressivamente para a balança comercial brasileira, recebia apoio e benefícios, possibilitando-lhe investimentos em sua estrutura educacional, que se tornou, posteriormente, referência para os Governos do Paraná (OLIVEIRA, 2001, p. 145).

As inovações do período republicano na organização do ensino paranaense, concretizaram-se na promulgação de leis especiais e na implementação dos grupos escolares e do ensino seriado (SCHENA, 2002). Para tal, uma nova visão do espaço escolar foi estabelecida, pois

Se no Império a escola pública era muitas vezes a extensão da casa do professor, no projeto

republicano de difusão da educação popular foi considerada fundamental a organização de espaços escolares específicos para a educação de crianças (SCHENA, 2002, p. 100).

Em conformidade com essa realidade, os valores cívicos patriotas, somado ao ensino da moral, foram preconizados pela legislação no currículo escolar. Houve um maior interesse público na educação, pois além da ênfase na implementação de instituições escolares, buscou-se a difusão de novos hábitos e modos de pensar que estivessem de acordo com os princípios defendidos pelo regime (SCHENA, 2002).

De tal modo, a fixação dos imigrantes foi condicionante na instalação de escolas e aumento nas matrículas na região, pois além dos próprios colonos criaram escolas comunitárias primárias e secundárias, o governo paranaense promoveu instituições públicas, visando impor a língua e os valores nacionais.

Conforme podemos verificar no Quadro 3, a partir de 1894 em todos os locais analisados, houve em maior parte expansão no número de escolas e de alunos matriculados.

Quadro 3 – Síntese numérica de matrículas e escolas primárias públicas e particulares localizadas na área de influência da Estrada de Palmas, entre 1894 e 1916

Ano	Número de escolas						TOTAL
	Palmeira	Palmas	São João do Triunfo	União da Vitória	São Mateus	São Pedro de Mallet	
1894	3	3	3	1	1	-	11
1896	7	3	4	1	1	-	16
1903	8	5	5	1	1	1	21
1906	6	3	5	3	2	1	20
1914	9	5	5	5	5	1	30
1916	12	16	6	6	7	3	50
Ano	Número de matrículas						TOTAL
	Palmeira	Palmas	São João do Triunfo	União da Vitória	São Mateus	São Pedro de Mallet	
1895	88	82	48	44	-	-	262
1906	200	120	152	142	-	-	614
1912	586	122	177	336	307	-	1528
1914	561	363	404	478	333	-	2139
1916	705	-	249	138	405	322	1819

Fonte: PARANÁ, 1894; PARANÁ, 1895; PARANÁ, 1896; PARANÁ, 1904; PARANÁ, 1907; PARANÁ, 1913; PARANÁ, 1915; PARANÁ, 1917. Dados organizados pelos autores.¹⁴

¹⁴ Destacamos que os dados são os oficiais e que utilizamos os dos anos em que eles estavam mais completos.

Até a Proclamação da República, em 1889, o número de instituições em atividade nas referidas vilas e povoados não passaram de cinco por vila. Já no período republicano, com maior incidência demográfica no território, houve aumento de escolas e matrículas. Outra influência foram os agravantes da Guerra do Contestado, pois conforme ilustrou o Quadro 3, em União da Vitória nos anos finais do conflito, o número de matrículas apresentou diminuição. Nesse contexto, a guerra foi outro entrave no desenvolvimento escolar do local.

Entre 1907 e 1914, identificamos a presença dos grupos escolares. Não somente a seriação, outros elementos caracterizaram esses modelos de estabelecimento de ensino, conforme indicou Bencostta (2005). Podemos destacar as modernas construções arquitetônicas, a racionalização do espaço, com prédios próprios e sua instalação em locais de destaque nas capitais e cidades com economia próspera. A ênfase na aplicação do inovador método intuitivo refletiu na utilização de novos materiais e espaços: mapas, gabinetes, laboratórios, figuras, livros didáticos, cartilhas, entre outros, além de viabilizarem a presença do diretor na escola (BENCOSTTA, 2005).

No caso da região investigada, constatamos a implantação de semigrupos¹⁵ escolares em Palmeira, com a inauguração do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes em 1907; em União da Vitória, do Grupo Escolar Professor Serapião, que entrou em funcionamento em 1913; em Palmas teve início as atividades letivas do Grupo Escolar Coronel Domingos Soares, de forma provisória, em uma casa cedida pelo então prefeito Coronel Domingos Soares, no ano de 1914.

A ascensão do número de escolas e a implementação dos semigrupos escolares foram fatores que evidenciam o avanço do projeto republicano na educação. Com a divulgação dos

novos ideais, o crescimento nas matrículas demonstrou a aceitação das instituições escolares pela população, contexto diferente do período imperial, quando a escolarização não era elemento de interesse ou necessária para o avanço das forças produtivas. Os dados evidenciam que a ampliação do quadro escolar foi decorrente das políticas imigratórias e do desenvolvimento de novas atividades econômicas, que emergiram com a crise do tropeirismo.

Considerações finais

Se no período imperial não houve a necessidade da disseminação da educação, devido aos entraves históricos e as limitações vivenciadas pelas classes subalternas, seja pelas longas distâncias e dificuldades de acesso ou pela necessidade de as crianças auxiliarem no trabalho familiar, a partir da república, tal panorama foi alterado.

A escola passou a ser concebida como instituição central e idealizada para formar o novo cidadão brasileiro: republicano, patriota, alfabetizado, eleitor e disciplinado. A partir da divulgação desses ideais, na região de influência da Estrada de Palmas-Palmeira, foi possível verificarmos o crescimento da escolarização, com ênfase nas escolas isoladas e dos grupos escolares, ampliando o número de matrículas, o que demonstrou um maior envolvimento da população, participação necessária na efetivação do discurso republicano.

Uma nova estrutura começou a desenvolver-se na região e a escolarização, mesmo com oscilações, demonstrou progresso, já que as limitações do período imperial foram sendo superadas de forma progressiva. Outro evento que também impactou na lenta expansão das escolas, foi o conflito do Contestado, presente na região.

Dessa forma, os resultados da pesquisa apontaram que no período da vigência da estrutura agropastoril, houve a instalação de poucas escolas isoladas, já que a política de escolarização

¹⁵ O diretor geral da instrução pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, salientou que apesar da arquitetura moderna característica dos grupos escolares, os semigrupos paranaenses apresentaram diferenciações: "As nossas atuais casas escolares são, em regra, de belo estilo arquitetônico, têm todas as condições de aeração e de luz, dotadas uma de quatro amplos salões, outras apenas de dois: nas de quatro amplos salões pudemos instalar as quatro séries do ensino, uma a cargo de cada professor, – é o nosso grupo escolar; nas de dois salões deixamos cada professor com duas séries, – é o semigrupo. Um dos professores, em regra o mais antigo, acumula o cargo de Diretor, competindo-lhe, em geral, a direção interna do instituto e a representação desta" (PARANÁ, 1915, p. 3).

foi decorrente do crescimento demográfico e do desenvolvimento de novas formas de trabalho, elementos que apresentaram ascensão a partir da crise do tropeirismo.

Referências

ANJOS, J. J. T. *Pais e filhos na província do Paraná: uma história da educação da criança pela família*. 2015. 617 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acer-vodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37921/R%20-%20T%20-%20JUAREZ%20JOSE%20TUCHINSKI%20DOS%20ANJOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2021.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3, p. 68-76.

BORBA, D. F. G. *Aprender e ensinar a ser gaúcho dentro do Grupo de Danças Biriva Tropeiros de Dois Mundos*. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7081/BORBA%2c%20DANIELA%20FARIAS%20GARCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Recenseamento geral do Império em 1872. In: *Biblioteca IBGE*. [S. l.], c2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pr.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. In: *Portal O Senado* – Biblioteca do Senado. Rio de Janeiro, RJ: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. In: *Portal O Senado* – Biblioteca do Senado. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Estatística, 1905. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 63-82, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>. Acesso em: 22 jul. 2019.

CASTANHA, A. P. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* 2007. 555 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2437/1685.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2021.

FERREIRA, J. C. V. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

KLEIN, R. B. *Grupo Escolar Professor Serapião: 100 anos de história*. Palmas: Kayganguê, 2013.

MACHADO, J. L. da S. *O Sertão e o Cativo – Escravidão e Pastoreio: os campos de Palmas – Paraná (1859-1888)*. Porto Alegre: FCM, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (org.). *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Brasília: INEP, 2004.

MORAES, F. *O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)*. 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17102016-090134/publico/FERNANDA_MORAES.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. *Instituições escolares: porque e como pesquisar*. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2009.

NOVACKI, L. H. Como se liberto nascesse de ventre livre: escravos libertos na Freguesia da Palmeira/PR (1831-1848). *Vernáculo*, Curitiba, n. 3, p. 67-84, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18072/11776>. Acesso em: 25 jan. 2020.

OLIVEIRA, M. C. M. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. *Revista Educar*, Curitiba, v. 17, n. 18, p. 143-155, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32821/20805>. Acesso em: 26 maio 2020.

PADILHA, L. M. de L. *Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuino Marcondes (1907)*. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1304>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PAES, J. M. *Tropas e Tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano*. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2001_paes_jurema_mascarenhas_tropas_e_tropeiros_na_primeira_metade_do_seculo_xix_no_alto_sertao_baiano.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

PARANÁ. *Relatório do presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 15 de julho de 1854*. Curitiba, PR: Tipografia Paranaense, 1854.

PARANÁ. *Relatório do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1856*. Curitiba, PR: Tipografia Paranaense, 1856.

PARANÁ. Diretoria da Instrução Pública. *Relatório do Inspetor Geral José Lourenço de Sá Ribas, de 31 de dezembro de 1861*. Apresentado pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial, 1862.

PARANÁ. *Relatório do presidente Polidoro Cezar Burlamaque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de março de 1867*. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes,

1867.

PARANÁ. Diretoria da Instrução Pública. *Relatório do Inspetor Geral João Franco de Oliveira Souza, de 31 de dezembro de 1872*. Publicado como parte do relatório do vice-presidente, Manoel Antônio Guimarães, na abertura dos trabalhos legislativos, em 17 de fevereiro de 1873. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1873.

PARANÁ. *Relatório do presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 4 de junho de 1879*. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1879.

PARANÁ. Diretoria da Instrução Pública. *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná Moysés Marcondes apresentado ao Presidente Carlos Augusto de Carvalho, em 1882*. Curitiba: Tipografia Dezenove de Dezembro, 1882.

PARANÁ. *Relatório do presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 30 de outubro de 1886*. Curitiba: Tipografia da Gazeta Paranaense, 1886.

PARANÁ. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 29 de setembro de 1894*. Curitiba: Tipografia Imprensa Paranaense, 1894.

PARANÁ. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de agosto de 1895*. Curitiba: Tipografia Imprensa Paranaense, 1895.

PARANÁ. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 1º de setembro de 1896*. Curitiba: Tipografia Modelo a Vapor, 1896.

PARANÁ. *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral e Silva, apresentado ao Secretário do Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1903*. Curitiba: Tipografia da República, 1904.

PARANÁ. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Bento José Lamenha Lins, apresentado ao Governador do Estado Vicente Machado da Silva Lima, em 14 de janeiro de 1907*. Curitiba: Is. n.), 1907.

PARANÁ. *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1912*. Curitiba: Is. n.), 1913.

PARANÁ. Diretoria da Instrução Pública. *Relatório de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, de 31 de dezembro de 1914*. Publicado como parte do relatório do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque em 31 de dezembro de 1914. Curitiba: Diário Oficial, 1915.

PARANÁ. *Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Afonso Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1916*. Curitiba: Tipografia da República, 1917.

PARANÁ. *Breve histórico sobre a evolução da divisão territorial do Estado do Paraná*. Curitiba: Diretoria de Geociências Departamento de Cartografia, 2003. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/Evo_lucao_Divisaos_Territorial.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTI, D. N. *Instrução Pública na província do Paraná (1854-1871): a atuação e o legado do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota*. 2017. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2983/5/DenizeNSanti2017.pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

SCHENA, D. R. *O lugar da escola primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890-1922)*. 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61585/D%20-%20DENILSON%20ROBERTO%20SCHENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SPADA, E. *O universo romanesco de Domingos Pellegrini: de tropeiros a viajantes*. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2018. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F60568%2F1617295603Dissertao_Einetes_Spada.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

SPIM, A. A. *A criação do Grupo Escolar "Senador Vergueiro" (1919) e a escolarização dos filhos dos operários em Sorocaba*. 2014. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014. Disponível em: http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2014/Adilson_Aparecido_Spim.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WITTE, G. *Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3014>. Acesso em: 4 abr. 2021.

Bruna Aldine Muller

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Francisco Beltrão, PR, Brasil. Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá, PR, Brasil.

André Paulo Castanha

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos, SP, Brasil; Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil. Professor do curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Francisco Beltrão, PR, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDOPR), GT local do HISTEDBR.

Endereço para correspondência

Bruna Aldine Muller; André Paulo Castanha
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Rua Maringá, 1200
Colegiado do Mestrado em Educação
Sala 102 B – Bloco I
Vila Nova, 85605-010
Francisco Beltrão, PR, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.